



Tribuna

ZAP DO SINDICATO
11 97407-3791

Metalúrgica 

EDIÇÃO ONLINE

Nº 4615 • QUARTA-FEIRA • 15 DE JULHO DE 2020 • SMABC.ORG.BR

FOTO: ADONIS GUERRA

BOLSONARO PERMITE DEMISSÃO E RECONTRATAÇÃO COM SALÁRIO MENOR

**“ELE DEVERIA PROIBIR
AS DEMISSÕES E
LIBERAR O AUXÍLIO
PARA AS EMPRESAS,
PRINCIPALMENTE ÀS
PEQUENAS QUE ESTÃO
QUEBRANDO E NÃO
TIVERAM ACESSO À LINHA
DE CRÉDITO”, AFIRMA
DIRETOR DO SINDICATO**

NOTAS



FOTOS: DIVULGAÇÃO

O DRAMA DA CINEMATECA

A Cinemateca Brasileira não recebe verbas do governo, desde o fim do ano passado. Trabalhadores estão sem salários há 3 meses, a luz está prestes a ser cortada, a instituição perdeu sua brigada de incêndio e deve perder os seguros nos próximos dias.



ROBERTO PARIZOTTI

LUTA DOS MOTOBOYS

A audiência dos motoboys com os aplicativos de entrega e o Tribunal Regional do Trabalho, marcada para ontem, não aconteceu por falhas técnicas. Nova data ainda não foi marcada. Liderados pelo sindicato, eles protestaram ontem.



REFORMA TRABALHISTA SUPERESTIMADA

Temer afirmou seu governo superestimou os números de geração de emprego na propaganda que embasou a reforma trabalhista, aprovada no governo dele, em 2017. O então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, havia estimado a geração de 6 milhões de empregos.



VACINAS PARA TODOS

Organizações de trabalhadores lançaram campanha por acesso a medicamentos e vacinas. Projeto em tramitação na Câmara pretende permitir acesso universal a remédios e vacinas cuja eficácia seja comprovada no futuro próximo.

ABC ULTRAPASSA 30 MIL CASOS E 1.400 MORTES PELA COVID-19

As sete cidades da região registraram 30.307 casos confirmados e 1.411 vidas perdidas para a Covid-19 desde o início da pandemia, em março. Em 24h, foram 390 novos casos e 26 mortes, segundo o painel de acompanhamento da ABC Dados da noite do dia 14.

São Bernardo é o município com mais casos e mais mortes pela doença, com 12.681 infectados e 502 mortes.

A taxa de letalidade no ABC está em 4,7%. O Estado de São Paulo registra 4,9% e o Brasil, 4%.

Em média, o total de infectados tem dobrado a cada 18 dias e o de mortes, a cada 20 dias.

O índice de isolamento social na segunda-feira, dia 13, ficou em 43% no ABC, 45% na capital e no Estado de São Paulo.

ESTADO DE SP

Com o registro de 417 pessoas mortas pela Covid-19 em 24h, o segundo maior desde o início da pandemia, o Estado de São Paulo ultrapassou 18 mil óbitos pela doença.

Ao todos, são 386.607 casos e 18.324 mortes. Em 24h, foram 12 mil casos confirmados, o terceiro maior registro diário. O balanço é da Fundação Seade do dia 14.

A letalidade feminina (3,8%) é menor do que a masculina

(5,8%). Do total de óbitos, 42% foram do sexo feminino e 58% masculino.

Na faixa etária, o maior número de casos (24,3%) está entre 30 a 39 anos e, em seguida, de 40 a 49 anos (21,8%). Já o maior número de óbitos se concentra nas faixas de 70 a 79 anos (24,5%), de 60 a 69 anos (23,3%) e de 80 a 89 anos (19,9%).

As mortes com doenças preexistentes são 80,1%, sendo as primeiras: cardiopatia (46,9%), diabetes (34,7%), doença neurológica (8,8%), doença renal (7,9%), pneumopatia (6,7%) e obesidade (5,6%).

BRASIL E MUNDO

Em 24h, 1.300 pessoas morreram no país pela doença. Foram registrados 41.857 novos

casos em um dia. No total, foram 1.926.824 casos confirmados e 74.133 óbitos. Dos casos, 1.209.208 estão recuperados e 643.483 em acompanhamento, segundo painel do Ministério da Saúde do dia 14.

O Sudeste é a região com mais casos (663.285) e mortes (33.718), seguido pelo Nordeste (647.640 casos e 23.925 mortes). O Norte tem a maior mortalidade por 100 mil habitantes (57,7).

O Brasil é o 2º país no mundo com mais contaminados e mortes, atrás apenas dos Estados Unidos. O mundo chegou a 12.964.809 casos e 570.288 mortes. Em 24h, foram 196.775 novos casos e 3.634 mortes, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde).



FESTIVAL ROCK ABC

2020



LIVE

DEAD FISH

VERSUS MARE

NOKAOS



MOLLETOV ATTACK

TVT

TVT.org.br

DIA 18, 18H

f /SMABC

▶ /SMABCOFICIAL

U E M A B C



ADONIS GUERRA

BOLSONARO DECRETA QUE PATRÃO PODE DEMITIR E RECONTRATAR POR SALÁRIO MENOR

Constituição impede redução salarial. Nem a reforma Trabalhista permitiu a demissão e recontração em seguida por representar fraude

Ontem Bolsonaro assinou uma portaria em que autoriza o patrão a demitir o trabalhador e recontratá-lo em seguida com salário menor, durante a pandemia do novo coronavírus, desde que o sindicato a que ele pertença faça um acordo coletivo aceitando a redução salarial e de benefícios. Hoje a recontração é considerada fraudulenta quando ocorrida dentro dos 90 dias subsequentes à data da rescisão do contrato.

O diretor administrativo do Sindicato, Moisés Selerges, critica a medida e afirma que se o governo Bolsonaro estivesse preocupado com a classe trabalhadora, teria, desde o início da pandemia, assinado decreto que proibisse as empresas de demitirem.

“Ele deveria proibir as demissões e liberar o auxílio para as empresas, principalmente às pequenas que estão quebrando e não tiveram acesso à linha de crédito. É sempre bom lembrar o montante de mais de um trilhão de reais liberados para os bancos. Isso mostra, mais uma vez, que eles não estão nem um pouco preocupados com a classe trabalhadora do Brasil”.

O dirigente afirma ainda que os Sindicatos mais fortes conseguirão fazer enfrenta-

mento a essa medida, mas as categorias com sindicatos mais frágeis enfrentarão muita redução de salário e precarização. “E quem assegura que o trabalhador será recontratado? E nessa situação de desespero que muitos se encontram, se forem recontratados aceitarão ganhar menos e serem precarizados. Isso que o governo está fazendo é remediar, mas sabemos bem que o remédio defendido do governo não é eficaz e traz muitos efeitos colaterais”, pontuou se referindo a defesa incansável do presidente sobre o uso da cloroquina no combate ao coronavírus.

Para o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, esta é a decisão mais absurda que um governo pode tomar, já que a Constituição impede a redução salarial. O dirigente ressalta que nem a reforma Trabalhista permitiu a demissão e recontração em seguida por representar fraude, e que a reforma sindical impede que uma pessoa demitida possa retornar a trabalhar na mesma empresa como PJ (pessoa jurídica), antes de um período de ausência de 18 meses.

“A legislação é clara. Não se pode demitir para ganhar menos. Usar a pandemia, um

momento de desemprego e o desespero do trabalhador para favorecer patrão não tem fundamento jurídico e é um contrassenso do governo que deveria proteger o trabalhador neste grave momento de crise econômica”, afirmou.

“Nenhum sindicato cutista vai aceitar reduzir salários. Não tem lógica num mundo das relações de trabalho esta decisão. Nenhuma portaria presidencial pode ferir a Constituição. Vamos tomar as medidas jurídicas cabíveis contra este governo que só sabe governar por portaria e decretos inconstitucionais”, ressaltou.

DIVULGAÇÃO



O QUE DIZ A PORTARIA DE BOLSONARO

- A portaria que flexibiliza a norma de 1992, presume que durante o período de calamidade pública, que termina em 31 de dezembro deste ano, não haverá fraude trabalhista se a recontração ocorrer antes do prazo de três meses após da data de demissão, desde que haja negociação coletiva com o sindicato. A medida é retroativa e vale para trabalhador demitido sem justa causa a partir do dia 20 de março.

- Na recontração poderá ocorrer redução de salários e outros benefícios, ou ainda a manutenção do mesmo salário e a diminuição dos benefícios, desde que haja uma negociação coletiva com a participação dos sindicatos.

- Poderá ser considerada fraude trabalhista se os casos de demissão e readmissão por contrato temporário ou de experiência. Neste caso, a empresa é obrigada a pagar salários e demais verbas trabalhistas também do período de demissão.

Com informações da CUT



DIVULGAÇÃO

SINDICATO DEBATE DESAFIOS DA PRODUÇÃO DO VEÍCULO ELÉTRICO NO BRASIL

Para debater os desafios do veículo elétrico no Brasil, o Sindicato organizou uma live na terça-feira, dia 14, sobre os principais temas da eletromobilidade. Entre eles a importância da reconversão das empresas, a infraestrutura necessária, o desenvolvimento tecnológico e a oportunidade de adensamento da cadeia produtiva, com fortalecimento da produção no país, geração de empregos e capacitação profissional.

O diretor executivo dos Metalúrgicos do ABC, Wellington Messias Damasceno, ressaltou a importância de um modelo de transição, que pense na geração de empregos e renda, proteção dos empregos atuais e em tecnologias tropicalizadas, a exemplo do etanol brasileiro em complemento aos diversos modais. Também fez o alerta sobre a necessidade urgente de o país se inserir no tema para não correr o risco de ficar de fora da disputa global de produção de veículos.

“É extremamente importante discutir os desafios postos para o veículo elétrico ou correremos o risco de o cavalo passar e não montarmos, de o Brasil apenas ser importador de veículos. Desde as discussões do Rota 2030, em 2017, o Sindicato tem cobrado muito

a discussão da eletromobilitade no Brasil para pensar a transição. As montadoras não vão parar as linhas de veículos a combustão em um dia e passar a produzir híbridos e elétricos no dia seguinte. A transição é para que uma mesma empresa possa produzir esses modelos lado a lado”, explicou.

“Na pandemia da Covid-19, temos falado muito em reconversão de empresas para produção de insumos e equipamentos médico-hospitalares. No caso dos veículos elétricos, a reconversão pode ser uma oportunidade de produzir no Brasil os componentes para estes novos modelos, não só para o veículo em si, mas para toda a rede de infraestrutura, com carregadores, softwares, cabos”, defendeu.

Wellington destacou que a energia é um dos setores

estratégicos do país e citou a capacitação profissional para acompanhar a evolução tecnológica. “Os trabalhadores precisam estar inseridos nas novas formas de produção e também teremos a demanda por manutenção e manuseio dos veículos elétricos no dia a dia, como por exemplo em um acidente de trânsito”, reforçou.

INDÚSTRIA DO FUTURO

“A tomada de decisão das montadoras para investir é ligada às políticas públicas e ao volume para ter o enraizamento da produção de novos componentes aqui. O Brasil está entre os dez maiores produtores de veículos no mundo e tem condições de se consolidar como plataforma exportadora, tanto de veículos a combustão como híbridos e elétricos”, ressaltou.

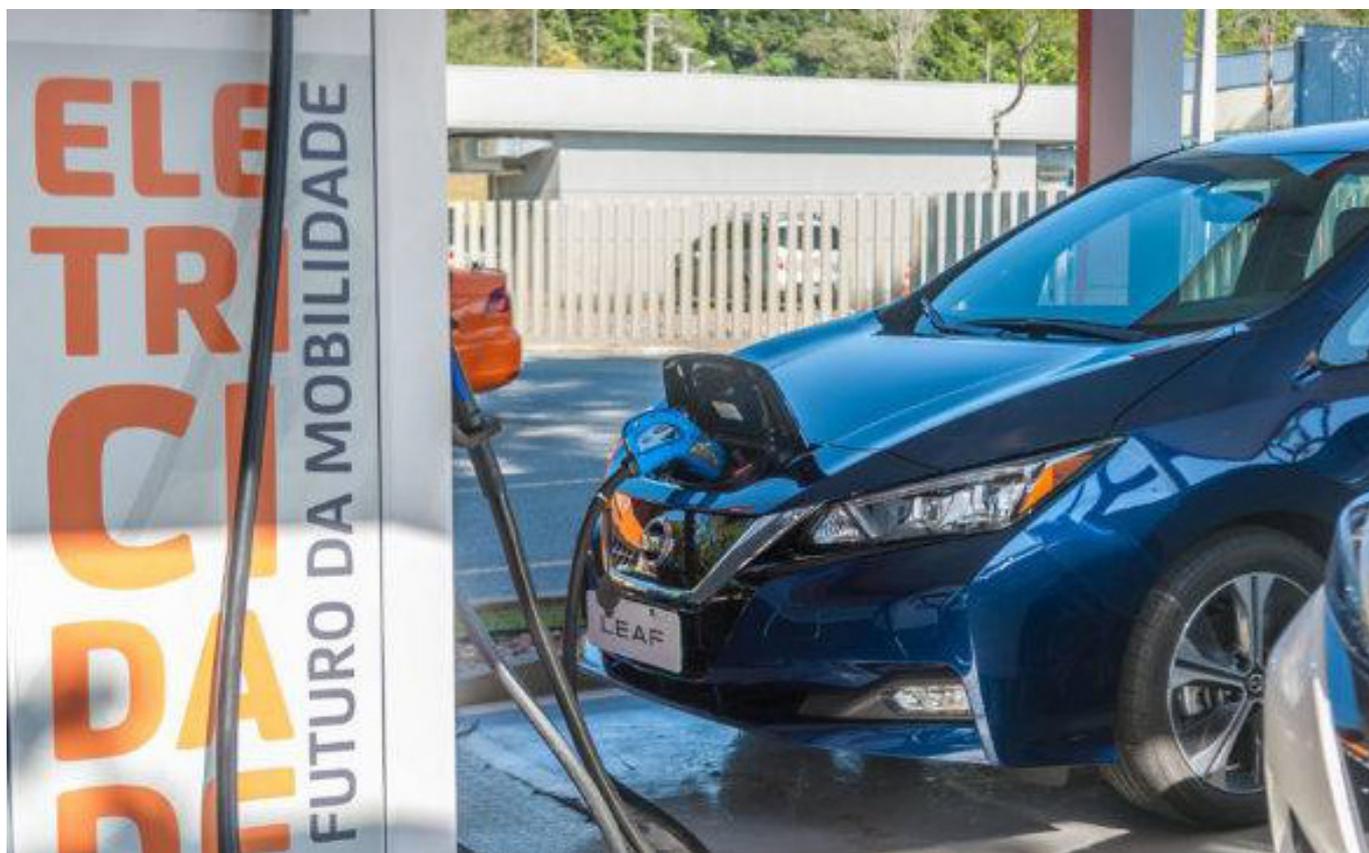
“Mas isso depende muito de uma ação governamental agressiva de estímulo à produção, ao desenvolvimento da cadeia de fornecimento e contrapartidas bem definidas para a sociedade. As estratégias precisam estar bem articuladas entre as cidades, governos estaduais e federal. É preciso olhar para a indústria do futuro, com incorporação das novas tecnologias, para reindustrializar o país”, afirmou.

VEÍCULOS LEVES

O vice-presidente de Veículos Leves da ABVE (Associação Brasileira do Veículo Elétrico) e gerente de Assuntos Governamentais na Toyota, Thiago Sugahara, destacou que mesmo com a pandemia, houve aumento de emplacamentos de veículos eletrificados no primeiro semestre de 2020, com 7.500

DIVULGAÇÃO





DIVULGAÇÃO

unidades, em relação ao mesmo período de 2019, com 2.300 unidades.

“Hoje representa menos de 1% dos veículos comercializados atualmente, mas ano passado estava em 0,4%. Os números são pequenos, mas estão crescendo e a infraestrutura precisa acompanhar, é uma oportunidade de negócios maravilhosa. São cerca de 100 eletropostos na cidade de São Paulo e cerca de 300 no Brasil, ainda é pouco, mas já há uma mudança quando comparado anualmente. Para o Brasil, a introdução de novas tecnologias pode ser o caminho para ajudar a recuperar a indústria automotiva”, disse.

“O país precisa de indústria forte e a indústria automotiva não existe sem uma cadeia de autopeças forte. O

Brasil precisa olhar para essa cadeia e entender como vai se adaptar e ser incorporada a essas novas tecnologias”, prosseguiu.

Também defendeu a necessidade de um sistema tributário que favoreça o processo de eletrificação no país. “Hoje um veículo que faz 10, 12 km/l tem 7% de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Um veículo que faz 18, 20 km/l paga 11 a 15%. É mais uma barreira na popularização da tecnologia”, avaliou.

BRASIL NÃO PODE SER ESPECTADOR

A professora do programa de Pós Graduação em Política Científica e Tecnológica da Unicamp e coordenadora do Leve (Laboratório de Estudos do Veículo Elétrico), Flávia Consoni, contextualizou o de-

envolvimento das ações para promover a eletromobilidade no mundo e no país.

“O papel das políticas públicas tem sido muito determinante nos países que são protagonistas no tema da eletromobilidade. O Brasil não tem política nacional de eletromobilidade, mas esforços já foram conduzidos. Na América do Sul há iniciativas focadas no transporte público na cidade de São Paulo, Santiago no Chile e Bogotá e Medellín na Colômbia”, destacou.

“A eletromobilidade é uma realidade no mundo e tende a se consolidar cada vez mais. No Brasil temos respostas locais com híbrido a etanol e a hidrogênio. O Brasil precisa se posicionar na discussão, não ser só espectador, mas ter a postura de buscar seu espaço”, defendeu.

A VIDA É MAIS IMPORTANTE QUE O LUCRO.

SE NÃO TIVER CONDIÇÕES
SANITÁRIAS PARA TRABALHAR,

DENUNCIE AO
SINDICATO



ZAP DO SINDICATO
11 97407-3791

Tribuna
Metalúrgica 

 /SMABC

 SINDMETALABC

 @SMABC

Sede - São Bernardo
Rua João Basso, 231 - Centro
CEP: 09721-100 - Tel: 4128-4200

Regional Diadema
Av. Encarnação, 290 - Piraporinha
CEP: 09960-010 - Tel: 4061-1040

Regional Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra
Rua Felipe Sabbag, 149 - Centro - Ribeirão Pires
CEP: 09400-130 - Tel: 4823-6898

**POR CONTA DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS,
A TRIBUNA IMPRESSA ESTÁ SUSPensa POR TEMPO INDETERMINADO.**

Diretor Responsável: Aroaldo Oliveira da Silva. | Repórteres: Luciana Yamashita e Olga Defavari. | Arte e Diagramação: Rogério Bregaida Jr.